

Superendividamento avança no Brasil e expõe limites da expansão do crédito



O aumento do superendividamento das famílias brasileiras tem acendido um alerta entre economistas e autoridades, ao revelar os limites de um modelo baseado na expansão acelerada do crédito. Embora o acesso a serviços financeiros tenha avançado nos últimos anos, a qualidade dessa oferta ainda é alvo de críticas, especialmente diante do crescimento da inadimplência.

Dados do Banco Central indicam que cerca de 29% da renda das famílias está comprometida com o pagamento de dívidas. Entre beneficiários do Bolsa Família, esse percentual chega a 37%, segundo estudo do Centro de Estudos em Microfinanças e Inclusão Financeira da Fundação Getulio Vargas (FGVcemif).

O tema ganhou repercussão após declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que destacou o acúmulo de pequenos gastos como fator de descontrole financeiro. Segundo ele, despesas aparentemente irrelevantes, quando somadas, impactam significativamente o orçamento familiar.

Apesar de iniciativas como o programa Desenrola, voltado à renegociação de dívidas, especialistas avaliam que as medidas adotadas até agora têm caráter emergencial e não enfrentam as causas estruturais do problema.

Fenômeno multifatorial

O superendividamento é resultado de uma combinação de fatores. Estudos apontam três dimensões principais: aspectos individuais, como renda e comportamento financeiro; fatores macroeconômicos, como juros elevados e desemprego; e, principalmente, elementos ligados à oferta de crédito.

Nesse último ponto, cresce a preocupação com práticas de mercado que exploram limitações dos consumidores. Modelos de negócio baseados em estratégias agressivas de marketing, falta de transparência e facilidade de contratação contribuem para decisões financeiras inadequadas.

Os economistas George Akerlof e Robert Shiller classificam esse cenário como um “equilíbrio de manipulação”, no qual empresas aumentam seus lucros ao explorar falhas de informação e vieses comportamentais dos consumidores.

Medidas propostas

Diante do cenário, especialistas defendem um conjunto de medidas para conter o avanço do superendividamento. Entre elas, estão: Limitação do endividamento em linhas de crédito sem garantia; Avaliação obrigatória da capacidade de pagamento por parte das instituições financeiras; Maior fiscalização de canais digitais, com combate à publicidade enganosa e práticas abusivas; Aumento das exigências de capital para operações de maior risco; Regulação mais rígida das apostas online, com restrição de publicidade e mecanismos de proteção ao consumidor.

No caso do crédito consignado, também são sugeridas mudanças estruturais, como o fim do cartão de crédito consignado e do cartão benefício, frequentemente apontados como modalidades de alto risco, além da centralização da regulação no Banco Central.

Desafio estrutural

Para especialistas, o Brasil avançou no acesso ao sistema financeiro, mas ainda enfrenta desafios na qualidade e na sustentabilidade desse acesso. A expansão descontrolada do crédito, sem mecanismos adequados de proteção, tem ampliado a vulnerabilidade das famílias — justamente o oposto do objetivo da inclusão financeira.

Sem medidas estruturais, o superendividamento tende a continuar crescendo, com impactos diretos na economia e na qualidade de vida da população.

Foto: Divulgação

<https://jornalpanfletus.com.br/cp3.masterix.inf.br/noticia/8016/superendividamento-avanca-no-brasil-e-expoe-limites-da-expansao-do-credito-em-22/06/2026-00:56>